



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Pobreza e Desigualdades Sociais em Angola: um estudo de
caso no Município de Caconda-Huila

Alfredo da Ressurreição Mavinga André

Mestrado em Sociologia

Orientador(a):
Doutora Rosário Mauritti,
Professora Associada do Iscte,
Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientador(a):
Mestra Catarina Mauritti Granjo,
Investigadora e Consultora para Área Social do Governo
de Angola

Outubro, 2024



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Sociologia

Pobreza e Desigualdades Sociais em Angola: um estudo de caso no Município de Caconda-Huila

Alfredo da Ressurreição Mavinga André

Mestrado em Sociologia

Orientador(a):

Doutora Rosásio Mauritti, Professora Associada do Iscte
Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientadora:

Mestra Catarina Mauritti Granjo,
Investigadora e Consultora para Área Social do Governo
de Angola

Outubro, 2024

À minha mãe, **Maria de Jesus Angelina Buanga**, que sempre soube desempenhar os papeis de pai e de mãe para mim, pela vida, amor e por todos os sacrifícios...

AGRADECIMENTOS

Ao concluir esta etapa acadêmica, quero expressar minha profunda eterna gratidão a Deus, pelo Seu amor para comigo e por me ter permitido chegar até aqui, no meio de tantas dificuldades pastorais e missionárias.

Agradeço de profundamente à minha professora e orientadora, Dra. Rosário Mauritti, pela paciência e todo o apoio incondicional durante a elaboração da minha dissertação de mestrado. Estendo a minha profunda gratidão à coorientadora, Dra. Catarina Mauritti Granjo, pela dedicação e suporte contínuo. Levo comigo a bondade, o rigor e o conhecimento de ambas.

Aos meus pais, Sebastião Banota e Maria de Jesus Angelina Buanga, aos meus irmãos, Ernesto, Casimiro, Marta, Madalena e Gertrudes, pelo amor e todo apoio prestados, a eterna gratidão.

À Província Portuguesa da Congregação do Espírito Santo, pelo consentimento e pelo todo apoio, à Diocese de Beja, especialmente aos Bispos Dom João Marcos e Dom Fernando de Paiva, pela solicitude pastorais, aos Padres Sisto Sacatu, por meio do qual conheci esta Instituição e pela fraterna hospitalidade, Mário Zezano, pela disponibilidade e pela força, ao Confrade Marcos Canjongo, meu incansável e solícito confrade de comunidade, pelo apoios incondicionais, o meu sincero e eterno reconhecimentos.

Estendo o meu agradecimento profundo ao ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa, por me ter acolhido neste universo de investigação e do saber, ao Diretor do Curso de Sociologia, Professor Dr. Pedro Vasconcelos, pela sua solicitude científica, aos meus inesquecíveis formadores, pelos conhecimentos e pelo rigor científico, e aos meus colegas de caminhada pela convivência e espírito de colaboração.

À Administração Municipal de Caconda, na pessoa do Dr. Feliciano Lourenço Chivinda e à Dra. Mariana Chiloca Soma pelas ideias e por todo apoio, aos jovens Severino Ngando e Eduardo Delete, meus incansáveis colaboradores no terreno, a todos os entrevistados, pela vossa disponibilidade e colaboração, a minha profunda e eterna gratidão.

Aos munícipes e paroquianos do Concelho de Mértola, Distrito de Beja, onde resido, por todo apoio material e espiritual, e a todos quantos contribuíram direta ou indiretamente com suas ideias para a realização deste projeto, meu sincero e eterno agradecimento.

RESUMO

Os fenómenos da pobreza e das desigualdades sociais figuram entre as maiores preocupações em países como Angola, dada a sua gravidade para a vida das populações e a estabilidade das sociedades. Este estudo visa explorar as causas e dinâmicas desses fenómenos no município de Caconda, na província da Huíla, onde persistem desafios estruturais, particularmente em zonas rurais. Com uma metodologia mista – que integra análise documental, entrevistas e inquéritos – o estudo conclui com uma análise “SWOT” para identificar as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças no contexto local, propondo recomendações que promovam o desenvolvimento sustentável e a inclusão social.

Palavras-chave: Pobreza multidimensional - Desigualdades sociais – Igualdades de género – Lideranças femininas

ABSTRACT

The phenomena of poverty and social inequalities are among the biggest concerns in countries like Angola, given their severity for the lives of the population and the stability of societies. This study aims to explore the causes and dynamics of these phenomena in the municipality of Caconda, in Huíla province, where structural challenges persist, particularly in rural areas. Using a mixed methodology - which includes documentary analysis, interviews and surveys - the study concludes with a “SWOT” analysis to identify the strengths, weaknesses, opportunities and threats in the local context, proposing recommendations to promote sustainable development and social inclusion.

Keywords: multidimensional poverty - Social inequalities - Gender equality - Women leaders

Índice

RESUMO	iii
ABSTRACT	v
Índice	vii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I.....	5
1. Enquadramento Teórico	5
1.1 Conceito de Pobreza.	5
1.2 A Pobreza Multidimensional	7
1.3 Desigualdades sociais	9
1.4 Classificação das Desigualdades Sociais.....	11
1.5 Desigualdades sociais em Angola.	12
1.5.1 Desigualdades vitais.....	12
1.5.2 Desigualdades existenciais	13
1.5.3 Desigualdades de rendimento.....	15
CAPÍTULO II	17
2. Metodologia e Estudo de Campo Empírico	17
2.1 Objetivo da dissertação.....	17
2.2 Desenho da pesquisa.....	17
2.3 Estudo do campo empírico	19
2.4 Recolha de informação	21
2.5 Limitações do estudo	22
CAPÍTULO III	23
3. Análise e discussão dos resultados.....	23
3.1.1 Autoridades políticas, religiosas e tradicionais (sobas)	23
3.1.2 Diretores dos Setores Sociais do Município	24
3.1.3 Líderes das Organizações Femininas	24
3.2 Análise dos dados	25
3.2.1 Tema 1. Concepções de pobreza	25
3.2.2 Áreas de ação	28
3.2.3 Balanço da descrição	30
3.2.4 Tema 2 - A Saúde.....	31
3.2.5 Tema 3 - O emprego e rendimentos	33
CONCLUSÃO	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39

INTRODUÇÃO

Os mercados globais têm vindo a sofrer transformações profundas como resultado dos fenómenos contemporâneos da globalização (Silva et al., 2022). Estas mudanças, embora promovam o crescimento em algumas regiões, acentuam as disparidades socioeconómicas entre os detentores de riqueza e poder e os que “ficam para trás”, criando um cenário de desigualdade social e económica crescente em todo o mundo (Costa, 2012; Milanovic, 2016; Piketty, 2014; Tilly, 2005, citados em Silva et al., 2022). Este contexto sublinha a problemática da pobreza e das desigualdades sociais, que representam obstáculos ao progresso das sociedades. A Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, cujo lema é "Ninguém é deixado para trás", reconhece a importância desta questão, nomeadamente através do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 10, que visa assegurar igualdade de oportunidades e reduzir desigualdades nos resultados, eliminando práticas e políticas discriminatórias e promovendo ações e legislações adequadas.¹

Em Angola, o Plano Nacional de Desenvolvimento 2018-2022 sublinha que a pobreza está associada a grandes desigualdades na distribuição do rendimento e à existência de uma parte significativa da população a viver em condições que não respeitam os mínimos de dignidade e cidadania (PND, 2018, p. 18). Segundo este plano, as condições de pobreza em Angola resultam, entre outros fatores, do legado do conflito armado, da pressão demográfica – particularmente nas áreas urbanas –, da degradação das infraestruturas económicas e sociais, do acesso limitado a serviços básicos como a educação, a saúde e a proteção social, sobretudo para os grupos mais vulneráveis, e da insuficiência de bens alimentares essenciais (Ibidem, p. 78).

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística, mais de quatro em cada dez angolanos vivem em situação de pobreza, enfrentando privações como habitação adequada (44,2%), eletricidade (43,7%) e registo civil (43,3%). A incidência da pobreza multidimensional na zona rural é alarmante, atingindo 87,8%, mais do dobro da taxa urbana (35,0%). As províncias mais afetadas não só apresentam uma alta proporção da população em situação de

¹ODS 10, sobre a redução das desigualdades no interior dos países e entre países, recomenda alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional, empoderar e promover a inclusão social, económica e política de todos, independentemente da idade, género, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição económica ou outra, Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito. Cfr. <https://angola.un.org>, 2024

pobreza multidimensional, como também enfrentam uma intensidade significativa de pobreza. As províncias do Bié, Cunene, Lunda Norte, Moxico, Cuando Cubango, Uíge, Huíla (foco deste estudo), Cuanza Sul e Huambo registam taxas de incidência superiores a 70%, enquanto Luanda regista a menor taxa, com 23,7% (INE, 2020, p. 12).

Em relação à pobreza monetária, estima-se que 40,6% da população angolana consome abaixo da linha de pobreza, estabelecida em 12.181 Kz (aproximadamente 10 Euros) mensais. A incidência é ainda mais elevada nas áreas rurais, onde se aproxima do dobro das taxas registadas em zonas urbanas (INE, 2020, p. 15). Estas tendências contrastam com o potencial económico do país e a riqueza dos seus recursos naturais. Entre as causas principais destacam-se a corrupção generalizada, o nepotismo, a dependência excessiva das exportações de petróleo e, em menor grau, de diamantes (Graça, 2018), bem como desigualdades na distribuição e implementação de políticas públicas (INE, 2019, p. 17).

A presente dissertação tem como objetivo estudar a pobreza e as desigualdades no Município de Caconda, na Província da Huíla. Este estudo procura, de forma mais ampla, analisar os fenómenos da pobreza e das desigualdades sociais em Caconda, com especial atenção para as desigualdades de género, as experiências de vulnerabilidade nas áreas de saúde, trabalho e rendimento, e as dinâmicas de empoderamento feminino na comunidade e na família. Estruturalmente, a dissertação está organizada em três capítulos principais.

O primeiro capítulo, dedicado ao enquadramento teórico, aborda os conceitos fundamentais de pobreza e desigualdades sociais, sustentando-se em disciplinas como “Desigualdades Sociais” e “Instituições nas Sociedades Contemporâneas”. Este capítulo subdivide-se em três secções principais: o conceito de pobreza, discutindo as várias dimensões e manifestações deste fenómeno; as desigualdades sociais, analisando o conceito de desigualdades sociais e os mecanismos que podem contribuir para a sua redução; e, finalmente, as desigualdades em Angola, com foco nas desigualdades de género, vitais e de recursos no contexto angolano.

No segundo capítulo, são apresentados os métodos de investigação utilizados, incluindo uma justificação detalhada da metodologia e uma descrição do campo empírico e das fontes de dados primários e secundários que suportam esta análise.

O terceiro capítulo apresenta a análise e discussão dos resultados obtidos nas entrevistas realizadas, fornecendo uma interpretação detalhada dos dados coletados e das perspetivas dos participantes sobre as desigualdades e dinâmicas de pobreza no Município de Caconda.

A dissertação termina com uma conclusão que sintetiza os principais resultados alcançados e integra uma breve análise SWOT para contextualizar as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças identificadas ao longo do estudo, lançando possíveis recomendações para o desenvolvimento futuro do município de Caconda.

CAPÍTULO I

1. Enquadramento Teórico

Neste capítulo apresentamos os conceitos teóricos de pobreza e de desigualdades sociais e suas múltiplas dimensionalidades, sendo que, no primeiro ponto apresentamos o conceito de pobreza nas suas várias dimensões. No segundo ponto abordamos o conceito de desigualdades sociais e os mecanismos de redução ou eliminação deste fenómeno; e, finalmente, no terceiro e último ponto, fazemos um estudo sobre o conceito de desigualdades sociais, em Angola: desigualdades vitais, existenciais (de género) e de recurso.

1.1 Conceito de Pobreza.

Vários sociólogos procuraram estudar o fenómeno da pobreza e as suas causas e consequências a nível global, não só para o seu conhecimento, mas para procurar soluções de combater este fenómeno que afeta milhões de pessoas a nível mundial. Segundo dados da ONU, mais de 780 milhões de pessoas vivem abaixo do Limiar Internacional da Pobreza (com menos de 1,90 dólar por dia). Segundo os mesmos dados, por cada 100 homens dos 25 aos 34 anos, há 122 mulheres da mesma faixa etária a viver na pobreza e mais de 160 milhões de crianças correm o risco de continuar na pobreza extrema até 2030. ²

Reconhecendo a complexidade do fenómeno, Costa, (2015), apresenta a pobreza como sendo um fenómeno complexo assente em várias camadas, pois para além de se revestir de aspetos científicos, técnicos e culturais, ela é eminentemente a um problema político. Por seu turno, Capucha (2015), reconhece que este fenómeno, juntamente com a problemática da liberdade e da democracia, da violência, da xenofobia e do respeito pelos direitos dos imigrantes, das minorias étnicas, das mulheres e das crianças, constitui um dos principais desafios que a humanidade se confronta na atualidade.

Quanto à sua definição, segundo Sen (2003), a pobreza, mais do que uma carência de rendimentos, é uma privação de potencialidades básicas; é a impossibilidade de uma pessoa, ou grupo de pessoas, transformar as capacidades em oportunidades, para viverem de acordo com seus objetivos e vontades, ou ainda, a incapacidade de alcançar o bem-estar devido à falta de

² Pobreza - Nações Unidas - ONU Portugal (unric.org)

meios económicos e à impossibilidade de converter rendimentos e recursos escassos em qualidade de vida.

Neste sentido, na perspectiva do Abreu (2012), a pobreza abrange muito mais pessoas do que aquelas classificadas no limiar da pobreza ou pobreza extrema, quando atendendo apenas a sua posição numa estrutura social de distribuição de rendimento e recursos. Engloba não apenas a maioria da população dos países em desenvolvimento, nomeadamente na África, na Ásia e a América Latina, como também grupos de indivíduos em países desenvolvidos, constituindo as chamadas “bolsas de pobreza” que, por uma ou várias das razões, não conseguem alcançar os patamares de bem-estar e progresso social que caracterizam as respetivas sociedades

Alves (2015), destaca o carácter dinâmico porque todos os anos há um número significativo de pessoas que (re)entram ou saem de uma situação de pobreza. No entanto, segundo o mesmo autor, ao mesmo tempo que se observa este “dinamismo”, um grupo significativo da população vive numa situação de pobreza persistente, sem esperança de melhoria das condições de vida da respetiva família, nomeadamente por ausência estrutural de perspectivas de progressão do rendimento familiar acima da linha da pobreza (Ibidem, p.65). O Relatório Especial da ONU sobre a extrema pobreza e direitos humanos revela que “os 10% mais ricos que vivem nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) controlam 52% da riqueza líquida total, enquanto os 60% mais pobres possuem pouco mais de 12%, condenando os pobres a uma vida inteira de pobreza”. De acordo com o relatório e baseando-se em dados de países que fazem parte da OCDE, são precisos quatro a cinco gerações para que as crianças de famílias de baixa renda atinjam a renda média de seu país. No entanto, países emergentes, podem levar até nove ou mais anos.³

Segundo Aves (2015), a visão dinâmica da pobreza é muito importante por três motivos a saber: permite a sua compreensão e o seu combate, na medida em que proporciona um conhecimento mais global do fenómeno; permite o monitoramento ou o seguimento dos indivíduos em função da duração da pobreza, tendo em conta que uma privação persistente tem implicações significativas sobre o bem-estar e sobre a capacidade de participação na sociedade e, contribui para melhorar a definição de políticas para o seu combate ou erradicação.

Por seu turno, Capucha (2005), destaca duas perspectivas teóricas de pobreza que representam duas tradições, como instrumentos teóricos e metodológicos da pobreza. A

³ Pessoas de baixa renda levam de quatro a cinco gerações para romper com a pobreza | As Nações Unidas no Brasil

perspetiva teórica “socioeconómica” define o pobre através das categorias eminentemente económicas como, o “rendimento” ou o “consumo”, revelando eficácia na medição da incidência e da intensidade da pobreza, mas apresentando lacunas para dar conta da multidimensionalidade da pobreza. A perspetiva “culturalista”, por seu turno, adota uma metodologia assente em estudos intensivos de casos particulares e adaptada à reconstituição do quadro multidimensional dos contextos de vida das pessoas, famílias e grupos. Esta perspetiva, apresenta lacunas ou dificuldades ao dar conta das dinâmicas sociais que produzem a pobreza e que enquadram os modos como é vivida (Ibidem. pp. 43-44)

Com o cruzamento destas duas perspetivas, deu-se o avanço em três direções: na descoberta da multidimensionalidade do fenómeno, no apelo para a natureza política do problema, chamando atenção para existência de direitos humanos não realizados e, finalmente, em maior relevo para o lado ativo dos pobres e dos contextos em que vivem. (Capucha, 1998).

Relativamente ao combate ou erradicação da pobreza, Abreu (2012), assinala que são fundamentais as políticas públicas que reforcem a iniciativa da criação de oportunidades sociais na educação, saúde, emprego, mobilidade de segurança social, reforma agrária, dando primazia ao desenvolvimento dos recursos humanos, com o objetivo da expansão de capacidades humanas, de competências profissionais e melhorias na qualidade de vida, o que terá repercussão imediata no aumento da produção económica e, por consequência, no seu crescimento social.

Nesta mesma perspetiva, Alves, (2012), destaca a importância da focalização nas políticas sociais e no investimento em capital humano, como meio de combater e erradicar a pobreza na sociedade, ao contrário da formulação habitual, que destaca e prioriza o económico relativamente ao social e visa o crescimento económico como meio de promover o progresso social.

1.2 A Pobreza Multidimensional

A perspetiva de pobreza multidimensional nasce com Amartya Sen com a sua visão de “pobreza como privação de potencialidades”. Segundo este autor, a pobreza, mais do que apenas uma carência de rendimentos, que era o critério universal para se identificar a pobreza, é uma privação de potencialidades básicas, não recusando o baixo rendimento como sendo uma das principais causas de pobreza, visto que, a carência de rendimento pode efetivamente ser uma razão maior para a privação de potencialidades de uma pessoa (Sen, 2003, p. 101).

Segundo o mesmo autor, nova abordagem não implica a recusa de que o baixo rendimento seja uma das principais causas de pobreza, dado que, esta carência de rendimento, pode ser uma razão maior para a privação de potencialidades de uma pessoa. Esta nova abordagem fundamenta-se nos seguintes argumentos: a pobreza pode ser visivelmente identificada em termos de carências de potencialidades; a abordagem centra-se nas privações que são intrinsecamente importantes, diferente do rendimento reduzido que só instrumentalmente é significativo; na carência de potencialidades há outras influências além de pequenez do rendimento, pois o rendimento não é único instrumento gerador de potencialidades; finalmente, a relação instrumental entre baixo rendimento e potencialidade reduzida varia entre comunidades diferentes e entre famílias e diferentes indivíduos (Ibid. pp. 101).

Na mesma linha de pensamento, INE, (2020, p.16), define o conceito de pobreza multidimensional como sendo uma “situação de privação de algumas dimensões do bem-estar do indivíduo, de acesso limitado aos serviços de saúde, baixo capital humano, habitação inadequada, má nutrição, falta de determinados bens e serviços”.

Segundo Ximenes et al., (2016) esta perspetiva multidimensional da pobreza, fornece uma visão ampliada sobre o fenómeno. Na perspetiva destes autores, utilizando somente a perspetiva de renda de privação ou baixa renda como conceito de pobreza, pode-se perder a perspetiva e o foco para o seu combate. (Ibid. pp. 146-156).

A pessoa em situação de pobreza multidimensional tem enfraquecida a sua relação com diversos outros sistemas sociais, tais como o mercado de bens e serviços, o sistema de saúde, o sistema educativo, a participação política, os laços sociais com amigos e com a comunidade local (Perista e Batista 2012).

Portanto, tal como defende Capucha (1998), quanto mais profunda for a privação, tanto maior será o número de sistemas sociais relativamente aos quais está dissociado e mais profundo o estado de exclusão social ou de incapacidade de acesso a direitos fundamentais inerentes à dignidade e necessidades humanas, incluindo a perda de capacidade e reconhecimento para o exercício de cidadania e participação na comunidade.

Desta feita, a categoria de *pobres* abarca diversas identidades, formas de ser e de parecer; diferentes modos de vida, compreendidos como a sedimentação de experiências e trajetórias sociais, expressão de valores e referências culturais (Torres et al., 1993, pp. 325-339).

Em Angola, a pobreza multidimensional é medida através do Índice de Pobreza Multidimensional de Angola (IPM-A), constituído pelas dimensões da *saúde* – medida pelos

indicadores: nutrição, cuidados de saúde materna e mortalidade infantil; *educação* – medida pelos indicadores: registo civil, anos de escolaridade e frequência escolar; *qualidade de vida* – medida pelos indicadores: acesso a eletricidade, tipo de material (paredes, chão e teto) das habitações, posse de bens, acesso a água potável e o acesso ao saneamento; e o *emprego*, medida pelos indicadores: trabalho infantil, desemprego entre adultos, desemprego juvenil e dependência e os dezasseis indicadores que revelam as diferentes privações sofridas pelas pessoas que vivem em pobreza e importantes para capturar a realidade do País (INE, 2020, p.20).

1.3 Desigualdades sociais

Segundo Machado (2015), as desigualdades não são meras diferenças sociais entre grupos ou populações com estilos de vida distintos ou culturas específicas ou diferenças de talentos, capacidades e desempenhos individuais. Elas “são diferenças sistémicas e persistentes de acesso a bens, recursos e oportunidades, que se estabelecem entre pessoas, grupos sociais ou mesmo populações inteiras”, independentemente dos seus talentos, capacidades e desempenhos individuais (Machado, 2015). Por outras palavras, este autor defende que há pessoas e grupos com talentos, capacidades e desempenho destacados que terão fraco acesso a esses bens, recursos e oportunidades e outras pessoas e grupos que têm amplo acesso a eles sem disporem de talentos ou capacidades que se salientem ou sem terem desempenhos (Machado, 2015). Na mesma perspetiva, Pires (2003), sublinha que nas sociedades hodiernas, as desigualdades, distinções e diferenças sociais formam-se como sistemas estruturadas da própria organização social e constituem uma das características mais complexas das sociedades (Diogo et al. 2015). Segundo Estanque e Mendes, (1998), como citados em Antunes (2011), as estruturas de classes, entendidas como sistemas estruturados de desigualdades sociais, refletem relações assimétricas de poder alicerçadas na distribuição desigual de recursos, afirmando-se como um dos eixos fundamentais da estruturação das desigualdades sociais.

Para Costa & Mauritti, (2018), as análises sociológicas sobre as desigualdades, desde os autores clássicos da sociologia, têm-se centrado em dois focos analíticos principais: nas desigualdades de classes sociais e na sua multidimensionalidade.

Quanto à relação entre as desigualdades sociais e categorias sociais, Machado (2015), sublinha que as desigualdades sociais, sendo diferenças sistémicas e persistentes de acesso a bens, recursos e oportunidades geradas independentemente dos talentos, capacidades e

desempenhos individuais, tendem a “cristalizar-se” e a formar categorias sociais duradouras, que podem ser categorias de classe, de género, étnico-raciais, de status, de idade ou outras.

Para este autor, estas categorias podem assumir a forma de comunidades fortemente sedimentadas, com um sentimento de pertença largamente partilhado entre os seus membros e uma imagem externa única junto do resto da sociedade. E a pertença assim constituída, condiciona o destino individual dos seus membros porque, quanto mais cristalizadas forem as desigualdades, mais tendem a perpetuar-se e mais o futuro pessoal dos que delas fazem parte está socialmente condicionado, no sentido da conservação de vantagens ou da conservação de desvantagens (Machado, 2015).

No tocante às suas desvantagens, Wilkison & Picketty, (2010), sublinham que as desigualdades sociais constituem um risco para a construção da sociedade humana, porque são nocivas, não só produzem todos os problemas associados às diferenças sociais e aos preconceitos de classe que lhes são concomitantes, como também enfraquecem a vida social, reduzindo a confiança entre as pessoas e, contribuem para o aumento da violência. Na mesma visão, Costa e Mauritti (2018), alertam que, a intensificação ou o agravamento das desigualdades sociais trazem implicações muito negativas na vida das pessoas e na organização das sociedades: a concentração desmedida e acelerada de riqueza; rendimento e poder; desregulação e precarização do trabalho; recrudescimento de polarizações sociais e clivagens acentuadas; bloqueio e insegurança das gerações jovens – quanto ao emprego, condições de vida e projetos de futuro; interrupção da mobilidade social ascendente; estagnação e dificuldade de crescimento económico; derivas autoritárias que vão desgastando as liberdades e esvaziando a democracia.

Por isso, em sua abordagem sobre a importância de sociedades mais igualitárias, Wilkinson e Pickett (2010) sublinham que, a nível internacional, os países mais desiguais também parecem ser mais beligerantes. E, apoiando-se no índice global da paz produzido pela Organização Visions of Humanity, juntamente com a unidade de investigação da revista britânica *The Economist*, destacam que a desigualdade está relacionada com os piores resultados no tocante ao índice global da paz, que alia indicadores de militarização a outros indicadores de conflitos internacionais, segurança, direitos humanos e estabilidade (Ibidem. p. 277).

Quanto às causas ou origens das desigualdades nas sociedades, sublinha-se a importância histórica das distribuições desiguais de recursos ou do controlo desigual de meios de ação (o trabalho, os animais, a terra, as máquinas), bem como os meios de coerção e das instituições de vinculação social, sublinhando a “importância especial que, na atualidade,

assumem a posse, o acesso e o controle desiguais do capital financeiro, da informação, dos média e do conhecimento científico-tecnológico”(Costa, 2022; Silva, 2015).

Por seu turno, Therborn (2006), destaca como principais fatores geradores de desigualdades nas sociedades: “o distanciamento”, que resulta do processo de competição ou concorrência em sistemas de interdependência; a “exclusão”, que gera desigualdades através de restrições seletivas que certos grupos colocam ao acesso de outros a recursos e oportunidades; a “hierarquização”, que gera desigualdades através de institucionalização de posições superiores ou inferiores nas organizações formais e a “exploração”, geradora de desigualdades por efeito da apropriação assimétrica, por uns, de bens e valores, em larga medida, produzidos por outros. (Therborn (2006), como citado em Costa, 2022).

Por outro lado, como observa também António Firmino da Costa, as desigualdades são multidimensionais, sistêmicas, plurais e possuem dinâmicas interativas e as dinâmicas de interconexão entre diferentes dimensões das desigualdades podem provocar, consoante os casos, o aumento ou a diminuição, ou ainda a reconfiguração das mesmas (Costa, 2022).

1.4 Classificação das Desigualdades Sociais

Quanto à classificação das desigualdades sociais, Milanovic (2021) sublinha três tipos de desigualdades: desigualdade entre indivíduos de uma mesma comunidade ou nação, desigualdade de rendimentos entre países e nações, que suscitam as assimetrias entre indivíduos de determinados grupos, e a desigualdade global, que na sua perspetiva é a junção das desigualdades entre indivíduos e das desigualdades de rendimentos entre países.

Therborn (2006), por seu turno, aponta três grupos principais de desigualdades: *desigualdades vitais* – compreendendo as desigualdades perante a vida, a morte e a saúde, tendo como indicadores a esperança de vida à nascença, ou a taxa de mortalidade infantil; *desigualdades existenciais* – referentes ao desigual reconhecimento dos indivíduos humanos, no uso das suas liberdades e direitos fundamentais e as *desigualdades de recursos* que se referem ao acesso desigual aos rendimentos, às riquezas, à escolaridade e às qualificações profissionais (Therborn (2006), como citado em Costa, (2022).

Segundo Batista (2010), as três dimensões de desigualdade supracitadas, atuam como um sistema de reforço; por isso, chama atenção para a importância duma análise e compreensão da “interação” entre as mesmas pois, as desigualdades vitais são reforçadas pelas desigualdades existenciais, enquanto estas, estando inscritas na socialização familiar, são reforçadas pelas desigualdades de recursos.

1.5 Desigualdades sociais em Angola.

O conceito apresentado sobre as desigualdades sociais e suas respectivas classificações, permitem-nos analisar a realidade social angolana fortemente afetada por este fenómeno que, introduziram no país, profundas divisões e complexas hierarquias (Abrantes (2018; Abrantes & Katúmua, 2014), provocando o baixo Índice de Desenvolvimento Humano do país (Graça, 2018).

1.5.1 Desigualdades vitais

Quanto às desigualdades vitais em Angola, segundo estimativas do INE, o país possui atualmente 35.121.734 milhões de habitantes espalhadas pelos 18 províncias⁴. Segundo Melo, (2024), o país saiu do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,369 que o colocava na categoria dos países de “desenvolvimento baixo”, para 0,591, numa variação de 60,2%, que o coloca atualmente na categoria de "desenvolvimento médio", com base nos dados relativos a 2023-2024. No entanto, e segundo o mesmo autor, em virtude da recessão económica, provocada pela pandemia da Covid-19, este desenvolvimento abrandou, fazendo com que as desigualdades afetassem o desenvolvimento humano. Por conseguinte, a perda atual do IDH por Angola, devido às desigualdades, está estimada em 41,8% (Melo, 2024).

Quanto à mortalidade infantil, segundo o Anuário Estatístico Sanitário do Governo de Angola (2020: p. 28), o país possuía uma taxa de mortalidade infantil de 80/1000 nado-vivos e de mortalidade de crianças com menos de 5 anos de 120/1000 nado-vivos. Em 2020, as principais causas da mortalidade em menores de 5 anos por doenças de declaração obrigatória foram: a Malária com 5.743 (54,32%), malnutrição grave, 2.020 (19, 01%), Doença Respiratória Aguda, 1. 354 (12,81%), Diarreia com desidratação, 660 (6,24%), Tuberculose, 600 (5, 68), Tétano, com 111 mortes (1,05), Síndrome gripal, 94 (0,89), Hipertensão Arterial, 88 (0,83) e a Febre Tifoide, 88 (0,83) (Ibidem, p.28).

A esperança de vida à nascença é de 61,9 anos, sendo 60,6 anos para homens e de 63,1 para mulheres (PND, 2018: 36).

A taxa de mortalidade em Angola é muito alta. Segundo o Anuário Estatístico Sanitário 2020, as principais causas de mortalidade por doenças de declaração obrigatória estão a Malária com 11.757 mortes, (42,73%), Tuberculose, 2.244 (8,15), SIDA, 2.059 (7,48), Malnutrição Grave em menores de 5 anos, 2.050 (7,30), traumatismo por acidentes rodoviários, 1.914 (6,

⁴ INE-Instituto Nacional De Estatísticas (gov.ao)

96), Infecções respiratórias agudas graves em maiores de 5 anos, 1. 665 (6,05), Doença Respiratória Aguda, 1.354 (4,92), Hipertensão arterial, 1. 260 (4, 58), Diabetes Mellitus, 766 (2, 78), Diarreia com Desidratação em menores de 5 anos 660 (240) (Ibidem, p. 29).

Nem todos têm acesso ao Médico familiar e ao Hospital por escassez dos mesmos. Dados que dispomos que não diferem da realidade atual, em 2020 com uma população de 31 milhões de habitantes, o país apenas tinha no Sistema Nacional de Saúde 7. 715 Médicos e 51.216 enfermeiros, com uma taxa de 2,48 Médicos por cada 10.000 habitantes e 16,40 enfermeiros por cada 10.000 habitantes (Ibidem, p. 29). Por outro lado, nem todos têm acesso a água potável e ao saneamento básico. Apenas dois terços da população angolana tinham acesso a água potável e a um dos sistemas de saneamento básico apropriado, apenas 20% com acesso a um sistema de acesso de esgoto com pia ou sanita (PND, 2018: 38).

1.5.2 Desigualdades existenciais

No domínio das desigualdades existenciais vamos apenas destacar as desigualdades do género que muito se destacam no país.

Segundo Machão & Bento (2012), nem todos autores assumem o termo género da mesma forma e com o mesmo sentido, confundindo, por vezes, o termo “género” com o termo “sexo”. No entanto, segundo estes autores, o termo género e sexo não são duas palavras sinónimas. Recorre-se ao termo sexo quando temos a necessidade de distinguir indivíduos com base na sua pertença a uma das categorias biológicas (sexo feminino e sexo masculino), e recorre-se ao termo género “para descrever inferências e significações atribuídas aos indivíduos a partir do conhecimento da sua categoria sexual de pertença. Trata-se, neste caso, da construção de categorias sociais decorrentes das diferenças anatómicas e fisiológicas” (Cardona et al. 2010, como citados em Machão & Bento (2012). Portanto, termo sexo pertence, ao domínio da biologia e o termo género ao domínio das ciências sociais (Machão & Bento, 2012).

Neste sentido e, para Amâncio, (2003), falar sobre a igualdade de género, torna visível uma relação social marcada pela desigualdade muitas vezes ignorada ou oculta pela investigação, pela reflexão teórica e pela ação política. Para o mesmo autor, este discurso surge como forma de se eliminar as discriminações das mulheres impedidas do usufruto dos seus direitos pelos obstáculos de ordem cultural e social ligados a uma orientação política (Ibidem. p. 688). Falar sobre as desigualdades do género é falar sobre as assimetrias, entre homens e mulheres de uma mesma sociedade, pois, uma sociedade desigual, no que se refere ao género, pressupõe uma relação entre indivíduos na qual um se encontra em posição de desvantagem relativamente ao outro (Baptista, 2010). A igualdade de género e a valorização da mulher são

dois fatores importantes para o desenvolvimento pleno e sustentável de um país (Mosaiko, 2021: 11). A Organização das Nações Unidas, na sua Agenda 2030, no seu 5º e 10º Objetivos defende e promove a igualdade de género e recomenda a redução das desigualdades.⁵

Angola, fruto dos tratados internacionais que assumiu, adotou uma perspetiva de género pelo seu sistema da justiça. A igualdade entre os géneros está consagrada em vários textos legais como na Constituição da República, que contempla o “Princípio da igualdade” nos artigos primeiro e segundo, na Lei dos Partidos Políticos (Lei n.º 2/2005) que apresenta uma provisão de representação de género não inferior a 30% e a Lei Geral do Trabalho (Lei nº 2/2000), no seu artigo terceiro, que considera que todos os cidadãos (homens e mulheres) têm direito ao trabalho livremente escolhido, com igualdade de oportunidades e sem qualquer discriminação. Um outro passo importante para a igualdade do género em Angola, foi dado pela aprovação da Lei Contra a Violência Doméstica (Lei n.º 25/11).

Contudo, apesar destes avanços registados no desenvolvimento de um quadro legal e de políticas públicas dirigidas para promover e proteger os direitos humanos e a igualdade de género em Angola, com foco às mulheres, segundo Mosaiko, (2021: 18), essa igualdade é formal e insuficiente para garantir que as mulheres beneficiem dos seus direitos. Na prática, são discriminadas e não têm nem as oportunidades, nem a informação ou um sistema de administração da justiça que proteja e reconheça essa igualdade ou que as defenda em situação de violação dos seus direitos.

Apesar de promover as mulheres para titulares, como temos vindo a observar nos últimos anos em certas instituições de soberania, há ainda muito a fazer. Segundo o Relatório do FMI (2023), em 2022, o índice global de disparidade de género, o índice que mede as desigualdades baseadas no género em termos de recursos e oportunidades, era de 0,64 para Angola, o que significa que as mulheres tinham 36% menos probabilidades de aceder às mesmas oportunidades que os homens. Em comparação, o valor deste índice para a África Subsaariana como um todo é de 0,68.

A situação é ainda mais aguda em zonas rurais devido a forte cultura patriarcal. As mulheres, apesar de estarem em maioria nas associações e cooperativas, desempenham papéis

⁵ ODS 5, sobre a necessidade de alcançar a igualdade de género e empoderar as mulheres e raparigas, recomenda até 2030 acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres, eliminar todas as formas de violência contra as mulheres, eliminar as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas, garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, económica e pública e assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos”.

Cfr. <https://angola.un.org>, 2024

secundários: permanecem silenciosas e não estão organizadas para participar (PAANE, 2015, p. 17). Por outro lado, o direito consuetudinário ou tradicional é frequentemente discriminatório em prejuízo da mulher, colocando-a em situação de grande vulnerabilidade social, nomeadamente no que respeita ao matrimónio, aos direitos de propriedade, à custódia dos filhos (ibidem p. 17).

Esta discriminações em prejuízo da mulher é também patente no acesso aos serviços públicos. Como reconhece o Relatório da Mosaiko, após a adolescência, as mulheres têm uma desvantagem significativa, quanto ao acesso ao registo Civil, comparativamente aos homens no acesso ao documento que, além de ser um direito humano inalienável, condiciona a igualdade das mulheres no acesso ao mercado de trabalho, sistema bancário, ao crédito, a melhores oportunidades de geração de renda, ao sistema de justiça e à proteção social (Mosaiko, 2021, p. 12).

Na alfabetização e educação, as mulheres são desproporcionalmente menos alfabetizadas do que os homens, com a taxa geral estimada em 62,4% e 77,9%, respetivamente. A desproporcionalidade é ainda mais acentuada nas zonas rurais, onde as estimativas apontam para uma diferença de mais de 24pp (pontos percentuais), entre mulheres e homens. O mesmo estudo revela que, no Ensino Primário, verifica-se maior progresso no acesso ao ensino entre raparigas e rapazes a partir de 2002. Entretanto, as disparidades de género são refletidas, principalmente a partir do ensino secundário, tendo como base principal a desistência e abandono das raparigas da escola, por gravidez, motivos financeiros ou por obrigações domésticas (ibidem, p. 14).

Portanto, como defende Agenda 2030 da ONU, atendendo ao papel principal que a mulher desempenha no lar e na sociedade em geral, defender a igualdade de género e os direitos das mulheres é garantir o desenvolvimento sustentável do país. Melhorar a vida das mulheres e raparigas, para além de ser uma questão de justiça, também é uma forma de combater a pobreza. Porque, o acesso das mulheres aos recursos, bens, serviços, emprego, crédito é muito importante para o combate a pobreza (ODS 5).

1.5.3 Desigualdades de rendimento

Segundo o Relatório do BNA (2024), Angola possui em 2024 um PIB de 124,2 mil milhões de Dólares e um PIB *per capita* de 3. 225 USD. Por outro lado, segundo Banco Nacional de Angola, o país fechou o ano de 2023 com uma taxa de inflação de 20%.

A sociedade angolana é fortemente caracterizada pelas desigualdades no que diz respeito à empregabilidade, oportunidades e rendimentos (Abrantes & Katúmua, 2014, p. 12;

Afrobarometer, 2024) e a sua economia enfrenta vários desafios pela concentração das exportações no petróleo e, em menor grau também os diamantes. A queda dos preços do petróleo provocou no país diversos apertos em matéria de contas externas e também em matéria orçamental (Graça, 2018). Por outro lado, a população é maioritariamente jovem, sendo que, três quartos, ou seja, 75% dos seus 34 milhões de habitantes têm menos de 30 anos de idade e apenas 3% têm mais de 65 anos (Afrobarometer, 2024).

Apesar dos esforços do Governo angolano em criar oportunidades de emprego e formação para os angolanos, em particular para os jovens, os dados por grupos etários revelam que os jovens, dos 18-35 anos são os mais afetados. A maioria da população desempregada encontra-se na área urbana, ao passo que a área rural é a menos desempregada (INE, 2023, p. 17). Quanto à empregabilidade, mais de metade da população em Angola, (63.1%) está empregada e são trabalhadores por conta própria constituem a maioria, (50,3%), seguindo-se os trabalhadores familiares e finalmente os trabalhadores para o consumo próprio (Ibidem 119). Entretanto, a área rural possui maior taxa de emprego informal (96,2%) em comparação com a área urbana (68,3%). Por outro lado, os grupos etários 35-44 e 45-54 anos de idade concentram o maior grupo de pessoas empregadas (INE, 2023, p. 11).

CAPÍTULO II

2. Metodologia e Estudo de Campo Empírico

2.1 Objetivo da dissertação

O objetivo geral desta dissertação visa analisar os fenómenos da pobreza e desigualdades sociais na saúde, género, trabalho e rendimento no município de Caconda. Os seus objetivos específicos são: 1-investigar e caraterizar as vivências de vulnerabilidade dos munícipes de Caconda na saúde e no trabalho; 2- estudar e caraterizar as desigualdades de género; 3- apreender as dinâmicas de capacitação de protagonismo feminino na comunidade e na família.

2.2 Desenho da pesquisa

Para a elaboração da nossa pesquisa decidimos realizar um estudo de caso, no município de Caconda, através do qual, examinamos os fenómenos de pobreza e das desigualdades sociais no seu contexto natural (Welch et al. (2023), como citado em Santos e Nogueira (2023).

Para alcançarmos os nossos objetivos, apoiar-nos-emos, sobretudo, na realização de entrevistas estruturadas a uma amostra de pessoas com lugares de liderança e de gestão nas ações de mitigação da pobreza, especialmente, nas áreas de atuação que privilegiámos observar (género, emprego e rendimentos e saúde). Nestas entrevistas procuramos captar a visão dos entrevistados sobre a pobreza, e sobre as ações políticas e sociais que importa pôr em campo, tendo em vista melhorar as condições de vida da população no território.

De forma complementar as entrevistas, realizámos ainda pesquisa documental bem como utilizamos, para análise contextual, estatísticas institucionais produzidas por entidades como o Governo de Angola/INE e a ONU.

A análise dos registos obtidos através de entrevista é suportada na técnica de temática desenvolvida através de uma aproximação dedutiva ou teórica (Reses & Mendes (2021, p.16), já que as dimensões temáticas aprofundadas estavam previamente definidas no próprio guião de entrevista. Entretanto, a organização dos temas e subtemas emergentes nos registos obtidos teve por base uma abordagem reflexiva (Idem, p. 17), que assumimos enquadrada numa agenda ampla de justiça social – no caso as atuações em favor da melhoria das condições de vida e de mitigação da pobreza e das desigualdades sociais. No culminar das análises realizadas, procuramos construir uma visão “SWOT”, demonstrativa das relações que se estabeleceram

entre os conceitos, as dimensões e os indicadores que informam a observação empírica dos fenómenos da pobreza e das desigualdades e clarificar a relação entre as proposições, objetivos e as variáveis implicadas ao campo de observação (Granjo, 2023).

O primeiro fator que esteve na base da escolha deste estudo de caso foi a minha vivência, ao longo de uma década, em atividades religiosas e de docência e no município em foco. Pude, então, aperceber-me das potencialidades e contradições que marcam o território: caracterizado pelos seus recursos naturais, com uma rede hidrográfica com rios caudalosos como Cunene, Catumbela, Cuando, Catapi, e uma população jovem e pujante, mas, cuja maioria, vive sem acesso a água potável e sem energia elétrica – algumas famílias utilizam geradores alternativos a gasolina, outras, candeeiros a petróleo ou ainda lenhas e carvão natural, que amiúde estão na origem de vários incêndios com maior ou menor proporção (AMC, 2018). A região classificada na década de 1960, como “o celeiro da província da Huila e do país através da produção de cereais e legumes” (ibidem, p. 75), contém ainda muitas potencialidades em fauna e flora, terras férteis para a exploração agrícola. No entanto, hoje muitas famílias enfrentam dificuldades da alimentação, o que tem forte impacto nas mortes precoces por malnutrição e está na origem de experiências de intensificação de violência e no êxodo de jovens para outros cantos da província e do país à procura de melhores condições de vida. Finalmente, apesar da riqueza em recursos minerais, com destaque para o diamante, zinco, cobre, calcário, rochas graníticas e sedimentares (AMC, 2018), a maior parte da população vive no desemprego e sem habitação condigna, e muitas crianças usadas como força de trabalho na agricultura de subsistência familiar ou na mendicância, não frequentam a escola até ao termo da escolaridade obrigatória, dessa forma comprometendo estruturalmente o seu futuro. Um paradoxo!

Na mira dos objetivos definidos, a análise realizada procurou, pois, traçar um retrato compreensivo sobre a realidade observada, apoiando-se em processos de “familiarização” adquiridos ao longo de anos de presença neste território (Costa, 1986), onde foi possível observar uma multiplicidade de dimensões sociais que delimitam as relações sociais e as condições de existência das populações aí residentes. O “distanciamento” face a esse quadro de relações em observação, possibilitado pela vinda para Portugal, e a aquisição, entretanto, de ferramentas teóricas e conceituais e analíticas permitem-nos pensar o nosso papel enquanto sujeitos reflexivos de uma realidade onde, de alguma forma, também participamos.

2.3 Estudo do campo empírico

O município de Caconda é um dos 14 municípios da Província da Huila, situado na zona norte da mesma. É limitado a Norte, pela Comuna de Chilata Município de Longonjo, Huambo; a Este pelo Município de Tchipindo; a Sul pelo Município de Chicomba; a Oeste pelo Município de Caluquembe e, a Noroeste pela Comuna de Chicuma, Município da Ganda, Província de Benguela. Dista a 240 km do Lubango, cidade capital da Província e devido a mau estado da estrada nacional, a viagem pode durar 3 a 4h00, e a 126 Km da cidade do Huambo (Nova Lisboa) e devido a péssima condição da estrada nacional que liga o município àquela Província, a viagem pode durar 4 a 5 horas.

O município de Caconda possui uma população estimada em 176.144 habitantes. Esta população, à semelhança do país em geral, é maioritariamente jovem, com uma idade média de 20,6 anos. Segundo dados do Governo de Angola (2018), por cada 100 adultos com 15 a 64 anos, há 93,8 jovens com menos de 15 anos e apenas 4,6 idosos com 65 ou mais anos, facto que revela bem a estrutura etária, muito rejuvenescida, dos municípios de Caconda. Quanto às mulheres, constituem a maioria da população (51,7%: 91.044, contra os 85.100 homens). A taxa de fertilidade no município assemelha-se à do país, 5,9 crianças por mulher (GA, 2018). Do ponto de vista social, no setor da educação o município possui 208 escolas das quais, 96,6% (201 estabelecimentos escolares) são do ensino primário (6 anos de escolaridade, administrados em monodocência), facto que, por si só, revela a pouca expressão que representa a frequência do 1.º e 2.º ciclos do Ensino Secundário. Além disso, o município não possui nenhuma Instituição do Ensino Superior.

Segundo dados da Administração Municipal, o setor da educação mobiliza 1.149 funcionários, dos quais menos de 1/3 são mulheres (30,4%, apenas 349) (AMC, 2018). Porém, não obstante estes números, os municípios enfrentam a insuficiência de professores e de escolas, a que acresce a falta de manutenção dos estabelecimentos escolares em funcionamento e o elevado peso de absentismo, quer dos professores, quer dos alunos - a insuficiente cobertura e as condições de funcionamento das escolas, alimenta o aumento exponencial de crianças e jovens que ao invés de frequentarem as escolas, optam por mendigar nos mercados informais ou lavar os carros e motas para ajudarem as suas famílias.

Quanto ao setor da saúde, o município possui uma rede sanitária composta por 22 unidades de saúde, dos quais um Centro Pediátrico, um Centro Municipal de Saúde de referência, 14 Postos de Saúde distribuídos por Comunas e em alguns Setores. Para além destas infraestruturas, existe um posto de saúde privado e duas farmácias privadas. O setor possui 109

funcionários, sendo 68 (62%) do sexo masculino e 41 (38%) do sexo feminino, com maior destaque para quatro Médicos e 14 Enfermeiros. (AMC, 2018). A malária lidera os números de doenças registadas no município, seguida pelas doenças diarreicas agudas, doenças respiratórias agudas e crónicas e, ainda, alguma incidência de sarampo e tuberculose. Mas em termos gerais, a malária destaca-se como um problema de saúde pública, sendo a principal causa de morte, morbilidade e mortalidade pré-natal e materno-infantil (Ibidem, p. 57).

A economia local é estruturada pela agricultura de subsistência, pouco mecanizada e, fundamentalmente, assente no trabalho manual, cujos poucos excedentes são canalizados para o comércio de rua, informal. Assim, do ponto de vista do trabalho, emprego e formação profissional, e perante a escassez de investimento público e privado no município, as únicas áreas que integram algum assalariamento são as da Educação e da Saúde. Pontualmente, e em associação aos ciclos políticos, geralmente nas vésperas das eleições presidenciais e legislativas, surgem oportunidades de emprego em pequenas empresas de construção civil que empregam principalmente mão-de-obra não qualificada.

Quanto à condição da mulher e de meninas na comunidade e no seio familiar, o município de Caconda ainda é fortemente marcado pelas desigualdades de género que vão desde o registo civil, passando pela educação e no acesso ao trabalho.

Apesar da falta de registo civil ter um carácter sistémico⁶ e daí ser um dos indicadores que operacionalizam a dimensão “educação” no conceito de pobreza multidimensional (INE, 2020, p. 20), nas áreas rurais a ausência de registo civil para as meninas é ainda mais acentuada, estas são assim invisibilizadas, sem uma existência formal, subjugadas ao papel subordinado que lhes foi destinado; de esposa, encarregue de assegurar a comida na cozinha e de procriadora. Com efeito, muitas meninas que iniciam a escolarização, independentemente do seu desempenho na escola, desistem na transição para o 2.º ciclo, também por pressão negativa das comunidades, e acabam por casar precocemente. Já fora da escola, enquanto jovens, algumas empregam-se como trabalhadoras domésticas, quer nas empresas de construção civil, quer nas casas dos funcionários públicos, obtendo assim algum rendimento mensal (entre 25 a 30 Euros/mês), que entregam à família⁶.

No geral, as oportunidades de trabalho qualificado em assalariamento são muito diminutas, especialmente para a população juvenil, é ainda mais para as mulheres.

⁶ O salário mínimo nacional, aprovado pelo Governo da República de Angola é de 70 mil kwanzas, (equivalente a 60 Euros) por mês em 2024, entrou em vigor a 26 de junho de 2024. governo.gov.ao.

O município de Caconda possui algumas Organizações femininas partidárias, como a Organização da Mulher Angolana, (OMA), a Liga da Mulher Angolana (LIMA), religiosas, como a PROMAICA (Promoção da Mulher da Igreja Católica), MMA (Ministério da Mulher Adventista), SOSIESA (Sociedade da Mulher da Igreja Evangélica do 7º Dia), Mulher Tocoista e uma organização tradicional, a Associação das parteiras Tradicionais que trabalham para promoção da igualdade de género e participação e integração cívica e social da mulher e das meninas na comunidade e na família

2.4 Recolha de informação

Tal como já referido, para obtermos uma visão holística sobre o nosso estudo de caso, escolhemos uma amostra de pessoas chave de Caconda, que possam partilhar uma visão geral sobre a situação social do município. A amostra recolhida conta com 15 atores do município, dos quais 11 homens e quatro mulheres, com idades entre os 33 anos e os 56 anos.

A aplicação das entrevistas seguiu procedimentos variados, dependendo das circunstâncias e possibilidades oferecidas de comunicação: duas das entrevistas foram realizadas através de telefone, via WhatsApp: a entrevista ao Médico do Centro de Saúde Municipal de Caconda, com cerca de 35 minutos; e a entrevista à Líder da Promaica, organização feminina da Igreja Católica, com a duração de 25 minutos. Os restantes 13 entrevistados, por impossibilidade material de viagem a Angola em tempo útil e ausência de alternativas de contacto online ou por telefone, responderam diretamente, por escrito ao guião que lhes foi remetido na sequência de contacto prévio, estão nesta situação, nomeadamente: a Administradora Municipal cessante, o Administrador Adjunto, o Soba Municipal (segunda Autoridade Tradicional municipal), o Chefe Municipal dos Recursos Humanos da Educação, o Administrador do Centro Municipal da Saúde, os dois Sacerdotes da Igreja Católica, a Superiora Religiosa, Diretora do Posto Médico, o Pastor da IESA⁷, a líder da SOSIESA, Organização feminina da mesma e a líder da OMA⁸, Organização feminina política do MPLA⁹ e Diretora Municipal da Ação Social, Família e da Promoção do município.

⁷ IESA é a sigla da Igreja Evangélica Sinodal de Angola, fundada a 30 de novembro de 1897 na Província da Huila por Héli Chatelain, missionário de nacionalidade Suíça que se opôs à opressão dos negros e ao negócio de escravos. <https://igrejaiesasinodal>.

⁸ OMA, Organização da Mulher Angola, foi criada em 1962, originalmente para angariar apoio para o novo partido político, o MPLA. O seu objetivo é mobilizar, organizar e educar as mulheres para a realização dos ideais políticos do MPLA. Cfr. <https://mpla.ao/mulheres/>

⁹ MPLA, Movimento Popular de Libertação de Angola, é um partido político angolano de centro-esquerda, fundado a 10 de dezembro de 1956. Foi fundamental na luta pela independência de Angola e governa o país desde 1975 aos nossos dias. www.wikiwand.com

2.5 Limitações do estudo

Ao longo da execução deste nosso estudo, não faltaram limitações de várias ordens: a primeira limitação prende-se com o facto de não termos conseguido viajar para Huila-Caconda, como programado, para realizar as entrevistas no terreno, por razões económicas e por desvalorização da moeda nacional (o que implicaria um voo internacional e outro interno, complementado ainda pela contratação de um táxi para a deslocação entre Cidade do Lubango e o município de Caconda). De sublinhar que neste momento a inflação em Angola ronda aos 30,16%, facto que revela o custo elevado da vida social no país. Uma segunda limitação teve a ver com o receio verificado em alguns entrevistados em prestar-nos informações, por medo de represálias políticas, pessoais e familiares. De facto, 12 dos 15 entrevistados mostraram receio em partilhar as suas experiências de pobreza, de realidade sanitária, experiências de emprego, de rendimento, bem como as reflexões sobre a situação da mulher c. Ou seja, muitos temiam pelos seus empregos, cargos e famílias. Mas, depois da sensibilização sobre os objetivos académicos do trabalho, aceitaram este desafio. Finalmente, do ponto de vista temático, humildemente reconhecemos que a nossa abordagem possui as suas limitações, a está longe de ser esgotada ou concluída neste nosso trabalho. Podíamos ter aprofundado mais sobre a pobreza e as desigualdades sociais noutras dimensões ou campos de ação, facto que, por um lado, suscita em nós o desejo de prosseguirmos com as nossas investigações e, por outro, cria as bases científicas para futuros trabalhos investigativos sobre o Município de Caconda e a Província em geral.

CAPÍTULO III

3. Análise e discussão dos resultados

Ao longo deste capítulo procede-se uma síntese dos resultados obtidos através das entrevistas. A análise apoiada nos testemunhos dos entrevistados está estruturada em quatro temas a saber: representação sobre a pobreza e as desigualdades sociais, representações sobre a situação das mulheres e meninas na família e na comunidade, representações sanitárias e trabalho e rendimento.

As entrevistas foram dirigidas a 15 munícipes, constituídos em três grupos, a saber: a) Autoridades políticas, religiosas e tradicionais; b) Diretores dos setores sociais do município; c) Líderes de organizações femininas do município.

3.1.1 Autoridades políticas, religiosas e tradicionais (sobas)

Este grupo é constituído por nove elementos, representativos da heterogeneidade de forças de liderança na comunidade a saber: sete homens, dos quais, um Administrador adjunto, dois Sobas (líderes tradicionais), dois Sacerdotes, um Pastor, um dirigente municipal de Partido Político e duas mulheres, sendo uma delas Administradora Municipal cessante e uma missionária.

Os entrevistados possuem idades compreendidas entre os 31 e 56 anos, e a média de idade é de 43 anos. Quanto ao estado civil dos mesmos, um é casado, quatro são solteiros e quatro vivem maritalmente. Destas autoridades, seis têm mais de três filhos e, o entrevistado com mais número de filhos, tem nove filhos. Destes, quatro possuem filhos em idade escolar e em dois casos, os filhos exercem uma atividade profissional.

Relativamente à habitação, todos vivem na sede do município, em alojamento de construção formal, dos quais cinco residem na casa de funções e quatro residem em casas próprias. Quanto ao perfil educacional, quatro entrevistados têm a 12.^a Classe concluída e seis têm a Licenciatura. Em termos socioprofissionais, oito entrevistados obtêm rendimentos de diferentes atividades profissionais que exercem de forma cumulativa à atividade principal e apenas um tem como fonte de rendimento uma única atividade que exerce. Os seus rendimentos médios mensais rondam entre 120.000,00 a 500.000,00 Kwanzas (equivalente a 120 a 500 Euros/mês).

3.1.2 Diretores dos Setores Sociais do Município

O grupo é constituído apenas por três elementos, todos do sexo masculino: um Médico generalista, um Técnico de Enfermagem, ambos funcionários da Saúde, e um Chefe do Departamento da Educação. Possuem idades compreendidas entre os 36 anos e 55 anos e com média de idades de 43 anos. Quanto ao estado civil dos mesmos, os três são casados; os dois primeiros têm filhos em idade escolar, um e três filhos respetivamente e, o último já tem filhos no mercado de trabalho. Quanto à habitação, os três vivem em casa própria. Relativamente ao perfil educacional, dois são licenciados e um tem a 12.^a Classe concluída. Em termos socioprofissionais, dois têm como fonte de rendimentos, mais do que uma atividade e, um tem como fonte de rendimento, apenas a atividade que exerce. Os seus rendimentos médios mensais rondam entre os 150.000,00 a 400. 000,00 Kwanzas, equivalentes a 150 a 400 Euros.

3.1.3 Líderes das Organizações Femininas

À semelhança do grupo dos Diretores, este grupo também é constituído por três elementos, todas do sexo feminino: uma Diretora da Escola do Ensino Primário e líder da Organização feminina da Igreja Católica, uma professora do Ensino Primário e líder da Organização Feminina do Partido do MPLA e uma líder da Organização feminina da Igreja Evangélica Sinodal de Angola (SOSIESA). Possuem idades compreendidas entre os 42 e 50 anos (média de idades de 46 anos). Relativamente ao estado civil, duas são casadas e uma é solteira; as casadas, uma tem quatro filhos e a outra tem três filhos, ainda em idade escolar. Quanto à habitação, as três vivem em casa própria.

Relativamente ao perfil educacional, duas têm a 12.^a Classe concluída e uma é licenciada em Ciências de Educação. Em termos socioprofissionais, duas têm como fonte de rendimento a atividade que exercem, e o seu rendimento médio mensal ronda 200.000,00 a 320.000,00 kwanzas (equivalente a 200 e 320 Euros). Uma das entrevistadas, a representante da SOSIESA, exerce a sua atividade em voluntariado.

Estes retratos destacam diversos elementos de continuidade (por exemplo o número de filhos e tipologia familiar) e de forte contraste com traços de caracterização prevalecentes na comunidade onde se inserem. Nestas características, a educação é, claramente, o traço de maior contraste, contribuindo para legitimar a sua posição de liderança na comunidade, pautada por grande prestígio e honra social.

3.2 Análise dos dados

Apresentamos de seguida, as categorias que emergiram do discurso de entrevistados, tendo por base os temas abordados neste estudo: o significado de ser pobre, as experiências de pobreza, incluindo a perceção sobre os aspetos do quotidiano que ficam mais comprometidos, as suas causas, e a visão sobre as ações primordiais para a erradicação da pobreza, num quadro em que os recursos e meios necessários estariam disponíveis, tendo como cruciais de atuação: a condição da mulher, emprego e rendimentos.

3.2.1 Tema 1. Conceções de pobreza

3.2.1.1 *Descrição 1: Representações de pobreza*

A análise das representações de pobreza veiculadas pelos três grupos entrevistados, permite assinalar a prevalência de conceções que associam à condição de pobreza: “a escassez de bens de primeira necessidade, como alimentação, saúde, educação, habitação e vestuário”, segundo todos os entrevistados. No entanto, a entrevistada de 49 anos de idade, licenciada, pertencente ao primeiro Grupo, acrescentou que a pobreza é também “impossibilidade para se resolver as necessidades básicas para a vida dos cidadãos; é um estado de vulnerabilidade”.

3.2.1.2 *Descrição 2: experiências de pobreza*

Quanto às experiências de pobreza, as representações evocadas podem ser organizadas em três subcategorias:

- i. *a incerteza material que caracteriza as condições de existência das populações*, decorrente da prevalência económica da agricultura de subsistência, seja em termos dos resultados produtivos, como na baixa capacidade para aquisição de rendimentos adicionais no mercado. Estas são realçadas em frases como: “grande dependência das famílias na agricultura rudimentar”, um dado sublinhado por todos os entrevistados, “deficiente acesso a ferramentas e equipamentos ou fatores de produção”, segundo o entrevistado de 42, anos, licenciado, do grupo 1, “mercado informal e incipiente”, sublinhou a entrevistada de 49 anos, licenciada e membro do primeiro grupo.
- ii. *Escassez ou mesmo inexistência na comunidade de serviços públicos fundamentais*: seja ao nível de saneamento básico, energia e infraestruturas rodoviárias, seja na oferta de instalações e serviços de saúde e de educação. A subcategoria é notória em frases como “a falta de água potável, luz elétrica e falta de vias de acesso”; “escassez dos bens e

serviços sociais”; “insuficiência de estabelecimentos de ensino e de saúde”, categoria assinalada por todos os entrevistados, “deficiente acesso a informação”, acrescentou a autoridade de 49 anos, Licenciada.

- iii. A percepção de intensificação de situações comportamentais que contribuem para aumentar a insegurança na comunidade: “o alcoolismo, que provoca o aumento de casos de violência doméstica nas comunidades, o aumento de roubo e de violência, como consequência da procura de formas de sobrevivência” como sublinhou o soba, autoridade tradicional, membros do primeiro.

3.2.1.3 Descrição 3: as causas da pobreza

No mapeamento das causas da pobreza que assolam o município de Caconda, as pessoas entrevistadas, sublinharam dois eixos: um primeiro que remete para questões coletivas e que diferencia quatro subcategorias temáticas; e o segundo relacionado com os quadros de relações que enfermam o quotidiano das famílias, com duas subcategorias temáticas.

No primeiro eixo são assim sublinhadas as causas estruturais ou coletivas da pobreza, que derivam:

- i. *da omissão e má gestão na atuação dos poderes públicos nos territórios*: “o nepotismo e ausência de investimento na construção e/ou manutenção de infraestruturas básicas”; “a falta de vias de acessos para ligar as aldeias das sedes comunais e do município”; “a corrupção: “alguns membros de certos partidos políticos são privilegiados no município para cargos e serviços, em detrimento dos outros” como sublinhado pelos entrevistados de 31 e 35 anos, Técnico Médio e Licenciado respetivamente.
- ii. *das desigualdades sociais materiais e territoriais, associadas a*: “má gestão e distribuição das riquezas do país”; “munícipes residentes na sede do município têm mais acesso a bens e serviços do que os das zonas periféricas e rurais”, como defendeu a entrevistada de 49 anos, licenciada, membro do primeiro grupo.
- iii. *dos traços de diferenciação negativa que prejudicam a qualificação do trabalho e a diversificação da atividade económica*: “o analfabetismo estrutural (incluindo nas populações jovens)”; “a ausência de investimento privado”, como destacou o entrevistado de 42 anos de idade, do primeiro grupo;

- iv. *dos efeitos prolongados da guerra*: “a guerra, cujas as marcas ainda são visíveis no município e na vida de muitas famílias, pois, há estruturas sociais e vias de acesso que nunca foram reabilitadas, mesmo com os esforços do Governo na desminagens, ainda há áreas com minas e projeteis no subsolo, dificultando a prática das atividades agrícolas e passados 22 anos de paz efetiva, ainda há, em muitas aldeias do município, famílias desagregadas, viúvas e órfãos com muitas dificuldades económicas e financeiras, por causa da guerra civil que o país viveu” sublinhou o soba, técnico médio e membro do grupo 1.

O segundo eixo de causas da pobreza, realça os processos e condições dos contextos relacionais que demarcam o dia-a-dia das famílias:

- i. *questões materiais* como “a falta de recursos financeiros e o desemprego”, fora sublinhado por 13 entrevistados em 15;
- ii. *padrões culturais e familiares*, como “o elevado número de filhos nas famílias”, destacado pelo enfermeiro de 54 anos, técnico Médio, membro do grupo 2.

3.2.1.4 *Descrição 4: Ações primordiais para a erradicação da pobreza*

Relativamente às ações primordiais para a erradicação da pobreza “num quadro em que os recursos e meios necessários estariam disponíveis”, os entrevistados salientaram as ações de melhoria da atividade e produção agrícola, “porque o município tem potencial para agricultura, para melhorar a alimentação e criar mais emprego local”, salientaram os entrevistados do Grupo 1, Licenciados, de 42 e 49 anos de idades; uma segunda subcategoria de respostas enfatiza a melhorar os serviços de educação (incluindo a formação profissional) e de saúde: “os setores da Educação e Saúde, porque nenhum povo se desenvolve, sem estes setores chaves da sociedade”, fizeram saber dois entrevistados do grupo 1, ambos licenciados e um entrevistado do Grupo 2, também Licenciado de 36 anos. “Investir na energia elétrica a fim de alavancar e atrair os investimentos privados, nomeadamente as indústrias e para as vias de acesso”, sublinhou o entrevistado do de 36 anos, licenciado e membro do Grupo 2.

3.2.1.5 *Balanço do Tema 1*

Os dados apresentados revelam que a pobreza, no município de Caconda, está associada a escassez de bens de primeira necessidade como a alimentação, saúde, educação, habitação. Esta

perspetiva vai ao encontro daquela, multidimensional, defendida por Sen (2003, p. 101), segundo a qual, “a pobreza, mais do que apenas uma carência de rendimentos, é uma privação de potencialidades básicas”. Para Sen, a pobreza é a impossibilidade de uma pessoa, ou grupo de pessoas, transformar as capacidades em oportunidades, para viverem de acordo com seus objetivos e vontades; é a incapacidade de alcançar o bem-estar, devido à falta de meios económicos; à impossibilidade de converter rendimentos e recursos escassos em qualidade de vida” (Sen, 2003).

Como se depreende das representações, as populações no município de Caconda são caracterizadas pelas experiências de incerteza material, em virtude da dependência económica na agricultura, escassez ou inexistência de serviços públicos essenciais e situações comportamentais que criam e aumentam insegurança na comunidade. Como sublinha Sem (2003), as pessoas afetadas pela pobreza são incapazes de alcançar o bem-estar, devido à falta de meios económicos, e são incapazes de converter rendimentos e recursos escassos em qualidade de vida”.

Quanto às causas da pobreza destacam-se a má gestão da coisa pública, as desigualdades sociais, as causas culturais. Como reconhece Graça (2018), as desigualdades sociais, o nepotismo bem como a corrupção generalizada são fatores que contribuem para o baixo Índice de Desenvolvimento Humano em Angola.

Relativamente às ações para erradicação da pobreza em Caconda, o estudo revela o investimento na agricultura, a melhoria nos setores sociais da educação, saúde e energia. Nesta perspetiva, Abreu (2012), sublinha que, para o combate ou erradicação da pobreza, a importância das políticas públicas que reforcem a iniciativa da criação de oportunidades sociais na educação, saúde, emprego, mobilidade de segurança social, reforma agrária.

3.2.2 Áreas de ação

Foram selecionadas três áreas de tematização, dando relevo a uma leitura da pobreza como um fenómeno complexo e multidimensional (Sen, 2003). A primeira área temática remete para as desigualdades categoriais, mais precisamente da categoria de género, (Costa 2022;) ou existenciais, (Therborn, 2006) como citado em Costa (2022)). A segunda remete para a dimensão de desigualdades vitais, (Therborn, 2006), como citado em Costa (2022), precisamente sobre a saúde. A terceira área remete para o “Emprego e rendimentos” ou para

desigualdades de recurso (Therborn (2006), como citado em Costa, (2022), Carmo e Cantante (2015).

3.2.2.1 Tema 1. Desigualdades de género

3.2.2.2 Descrição1: O papel da mulher na comunidade

Relativamente à condição da mulher, a análise das representações veiculadas pelas pessoas entrevistadas são divididas: segundo o soba de 56 anos, autoridade tradicional, técnico médio e a mulher de 49 anos, autoridade e licenciada, concordam com a afirmação segunda a qual, “mulheres e homens têm lugares e papéis diferentes na comunidade e na família” porque, segundo os mesmos, “em Caconda ainda é bem marcante a divisão de tarefas segundo género tradicional, homens e mulheres, existindo atividades desenvolvidas especificamente para homens e para mulheres. A divisão de papéis está bem marcada, sendo que, para a mulher está reservada o papel cuidadora da família, enquanto ao homem está reservado o papel de provedor. As mulheres que têm de prover para as suas famílias, têm grandes dificuldades em realizar os vários papéis”. Enquanto, o Médico de 37 anos de idade e mulher de 46 anos de idade, líder da Promaica e professora no Ensino Primário não concordam com afirmação, salientando que, “nas sociedades modernas, os homens e as mulheres devem e podem ter lugares e papéis iguais, desde que tenham competência para tal”.

Quanto ao papel da mulher na comunidade e na família, as representações dos entrevistados destacaram a sua importância como sendo “a geradora de vida, garantindo a continuidade de espécie humana, como elo de ligação entre os membros de família, com o seu papel conciliadora e como força de trabalho, chamada a colaborar para o desenvolvimento da comunidade e da família”, destacou a mulher de 49 anos, licenciada do grupo 1 e a mulher de 50 anos líder da SOSIESA. Também sublinharam que, “a nível do país e do município existem ações de promoção da mulher, ainda que de forma tímida. O Executivo tem vindo a criar Leis e políticas visando promover a igualdade de género, para melhorar o acesso à escola para as meninas, Leis contra todo tipo de violência e discriminação da mulher”, salientou a mulher de 49 anos de idade e o homem de 42 anos, ambos licenciados e membros do grupo 1.

3.2.2.3 Descrição 2. Organizações femininas

Quanto à existência das Organizações femininas, as representações dos entrevistados assinalaram que “no município de Caconda existem organizações que promovem a melhoria das condições de participação e de reconhecimento das mulheres e meninas. Na sua maioria são

lideradas por mulheres da comunidade”, salientou a mulher de 49 anos de idade e o homem de 42 anos, ambos licenciados e membros do grupo 1. Como principais áreas de trabalho destas organizações destacaram as áreas do “empreendedorismo feminino, da participação político-partidária, na alfabetização, economia doméstica e na educação religiosa”, salientaram as mulheres de 49 anos, licenciada e membro do grupo 1, a mulher de 50 anos, técnica média e líder da SOSIESA, a mulher de 46 anos, licenciada e líder da Promaica e do homem de 42 anos, licenciado e membro do grupo 1. Os entrevistados reconheceram o papel destas organizações nas comunidades, sublinhando que, “tem tido efeito positivo, atendo ao número crescente de mulheres e meninas que já sabem ler e escrever, mulheres membros nas Associações e Cooperativas, mulheres líderes de Organizações de base dos Partidos e mulheres em organizações a nível do município”, destacou a mulher de 49 anos, licenciada e membro do grupo 1. Estes resultados, segundo as líderes das organizações femininas e a autoridade de 49 anos, “embora precisam de ser melhorados, já constituem indicadores plausíveis para acreditar que a médio prazo, teremos um número considerável de mulheres a ocupar os mesmos cargos dos homens”.

3.2.3 Balanço da descrição

Há um reconhecimento do papel importantíssimo da mulher na família e na comunidade. No entanto, sendo um município rural, apesar dos esforços do Governo e da existência de algumas Associações ligadas à promoção da igualdade de género, lideranças e empoderamento das mulheres, o município de Caconda, ainda se debate com as desigualdades de género, pois como sublinha Alves (2011), “sendo um meio rural, ainda predomina uma cultura tradicional, com práticas socializadoras tendentes à preservação da identidade. A socialização das crianças, em particular a das meninas, faz-se no contexto da tradição, apoiada em ritos iniciáticos e fundada na discriminação da mulher cujo destino fica traçado: ser dona de casa, esposa e mãe, cuja vida se sujeita às lógicas de dominação masculina”.

Segundo o Relatório da Mosaiko, (2021, p. 86), sobre a igualdade de género, reconhece que em Angola, é formal e insuficiente para garantir que as mulheres beneficiem dos seus direitos pois, na realidade, as mulheres são discriminadas e não têm nem as oportunidades, nem a informação ou um sistema de administração da justiça que proteja e reconheça essa igualdade ou que as defenda em situação de violação dos seus direitos.

O Relatório do FMI (2023), a respeito do índice global de disparidade de género, o índice que mede as desigualdades baseadas no género em termos de recursos e oportunidades,

revela que, em 2022, este índice era de 0,64 para Angola, mostrando que as mulheres, em Angola, tinham 36% menos probabilidades de aceder às mesmas oportunidades que os homens.

O nosso estudo revela a existência de organizações e ações que visam promover a participação da mulher na vida social, não só como forma de combater as desigualdades de género, mas como forma de combater a pobreza, como a Agenda 2030 da ONU, (ODS 5).

3.2.4 Tema 2 - A Saúde

Relativamente à situação sanitária no município, os entrevistados destacaram três grandes eixos: o primeiro eixo remete para o quadro da realidade sanitária do município; o segundo eixo destaca as principais doenças que assolam o município e a assistência médica medicamentosa e o terceiro eixo que revela os níveis de mortalidade.

3.2.4.1 *Descrição 1. Assistência sanitária:*

Quanto ao primeiro eixo sobre a situação da rede sanitária, a análise das pessoas entrevistadas a cerca da sua condição permitiu assinalar que “a rede sanitária do município é deficiente em pessoal, em estruturas e em equipamentos; não existem Médicos generalistas suficientes, não existem Médicos especialistas no município, o que faz com que os pacientes, incluindo as famílias pobres que precisam de um atendimento especializado, sejam transferidos para outras unidades hospitalares como, em Caluquembe, a 40 km, ou no Lubango, capital da Província, a 240km e, em algumas vezes com ajuda do Centro de Saúde Municipal, outras vezes, com a comparticipação monetária dos familiares, dos sobas e das comunidades de proveniência do paciente”, sublinharam 13, em 15 dos entrevistados.

3.2.4.2 *Descrição 2: Patologias*

No tocante ao segundo eixo, sobre as principais doenças que assolam as populações, as principais representações por parte dos entrevistados destacaram: “a Malária, Malnutrição Aguda, Doenças Diarreicas Agudas (DDA), Doenças Respiratórias, Infecções Intestinais (Febre Tifoide)”, destacaram 12, em 15 dos entrevistados, e “a intoxicações por medicamentos tradicionais” acrescentado pelo entrevistado de 37 anos do grupo 2. Relativamente à assistência medicamentosa, os entrevistados sublinharam escassez de medicamentos nas unidades hospitalares: “algumas vezes os Médicos e os estabelecimentos de saúde fornecem apenas os

medicamentos básicos como anti malária, os antibióticos e analgésicos; outras vezes, nem estes medicamentos básicos existem, em função da demanda da população, por um lado e, por outro por má gestão hospitalar. Nestes casos, os Médicos ou enfermeiros passam as receitas médicas e os familiares vão conta própria às 2 farmácias privadas existentes no município adquirir os fármacos ou noutras localidades, como em Caluquembe, a 40 ou no Lubango, a 240 km”, sublinharam os dois funcionários da Administração, de 42 e 49 anos de idades, ambos Licenciados e do grupo 1 e o Médico de 37 anos, licenciado, do grupo 2. Também os entrevistados fizeram saber que, “muitos munícipes, por falta de dinheiro para adquirir os medicamentos recomendados pelo Médico, fogem das unidades hospitalares e preferem regressar para as suas casas e tratar-se com os medicamentos tradicionais, com auxílio dos naturopatas e (advinhas)”, destacou o Médico. Quanto à vacinação das crianças no município, as representações salientaram que “por causa das roturas constantes para algumas estirpes de vacinas dos preconceitos dos pais às vacinas, e falta de condições de conservação das vacinas, nem sempre todas as crianças recebem as vacinadas adequadas”, sublinharam os três entrevistados, a funcionária da Administração de 49 anos de idade, membro do grupo 1, o Médico de 37 anos e o soba de 50 anos.

Relativamente às principais vacinas que devem receber, a funcionária da Administração de 49 anos e o Médico sublinharam: “as vacinas contra a Poliomielite, Hepatites, Varicelas, Sarampo, BCG, (contra a Tuberculose), Febre Amarela Vitamina A, para melhorar a saúde ocular”. Os mesmos entrevistados salientaram que, “sempre que são programadas as campanhas de vacinação, as comunidades realizam ações de sensibilização infantil com palestras nas Igrejas, nas escolas e nas comunidades. Estas campanhas são financiadas por parceiros internacionais como a UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a Infância”. Quanto à percentagem das crianças que não são de todo vacinas no município, os dois entrevistados salientaram que “é a minoria, com uma percentagem correspondente a 40%”.

3.2.4.3 Descrição 3: mortalidade em Caconda:

Finalmente, quanto ao terceiro eixo sobre a mortalidades maternas e infantis no município, o Médico, destacou que, “não são baixas, nem elevadas, mas preocupantes. Como indicadores, sublinhou que em média, 2 mortes por mês, em 100 gestantes, e 5 óbitos infantis em 100 crianças por mês”.

Quanto às principais causas de morte infantil e juvenil no município, o Médico, destacou a “Malária, Malnutrição, perfurações intestinais, derivadas a Febre Tifoide, partos demorados,

intoxicação por medicamentos tradicionais ou caseiros e os acidentes de moto táxis para os jovens”.

3.2.4.4 Balanço do Tema 2

Relativamente à rede sanitária no município, apesar dos esforços empreendidos pelo Governo, por intermédio da Administração Municipal, nota-se que a situação sanitária do município é precária e carece de mais investimentos: a falta de médicos e de medicamentos faz com que muitos munícipes continuem a manifestar algumas reservas e resistência em ir aos hospitais, preferindo muitas vezes a medicina tradicional; nem todos os munícipes têm possibilidades para adquirir os medicamentos nas farmácias privadas, no município ou fora dele. A comunidade é assolada por várias patologias que enfermam a vida das populações, revelando a vulnerabilidade tanto da rede sanitária como das populações. A pessoa em situação de pobreza multidimensional tem enfraquecida a sua relação com diversos outros sistemas sociais, tais como o mercado de bens e serviços, o sistema de saúde, o sistema educativo, a participação política, os laços sociais com amigos e com a comunidade local (Perista e Batista 2012).

3.2.5 Tema 3 - O emprego e rendimentos

Quanto ao emprego e rendimentos no município de Caconda, as representações salientaram dois eixos principais: o primeiro que destaca a realidade do emprego no município; o segundo eixo que revela organismos público-privados e lideranças femininas; e o terceiro eixo que destaca a situação do rendimento das famílias do município.

3.2.5.1 Descrição 1. Emprego no município: setor privado e setor público

Relativamente ao primeiro eixo da análise, as representações veiculadas pelas pessoas entrevistadas sobre o emprego, permite assinalar que os munícipes de Caconda trabalham essencialmente “nas áreas de agricultura, pecuária, comércio informal, função pública e prestação de serviço”, salientou a funcionária da Administração de 49 anos, licenciada. Esta autoridade sublinhou que “a agricultura é a principal atividade praticada por mais de 80%, sendo uma agricultura familiar, praticada com recurso a tração animal”. Salientou que, “de forma tímida, as famílias se vão constituindo associações de camponeses que fazem produção coletiva. Com algum apoio das ONGs (Organizações Não Governamentais) e de alguns

Projetos do Ministério da Agricultura, já vão surgindo algumas cooperativas de camponeses com cariz semi empresarial”.

No tocante a grandes empresas, esta funcionária e autoridade da Administração de 49 anos, assinalou que, “atualmente, no município só existe, há 3 anos, uma empresa de média dimensão chamada “Alto Tombola” que produz para o mercado tomate e frutas (citrinos)”.

Quanto à situação dos rendimentos, esta autoridade da administração de 49 anos salientou que, “os trabalhadores desta empresa agrícola “Alto Tombola”, “apesar de ser de média dimensão, têm melhores condições salariais em relação aos agricultores familiares, porque têm um salário fixo, fruto dos níveis de produção alto da fazenda, bem como o fluxo de caixa (circulação monetária da empresa) ao passo que, as explorações familiares têm dificuldade em fazer poupanças, por flutuação do mercado”. sublinhou a senhora de 49 anos.

Quanto à liderança feminina no setor privado as representações dos entrevistados salientaram que “a maior parte da força de trabalho no Alto Tombola é constituída por homens e também não existe mulheres na posição de liderança”, destacou a mesma funcionária.

Relativamente aos organismos públicos no município e as lideranças femininas as representações dos entrevistados assinalaram que no município existem a “Administração Municipal, com os seguintes serviços: Educação, Saúde, e outras Direções Municipais; Polícia Nacional; Forças Armadas”, destacaram os dois funcionários e autoridades da Administração Municipal, de 42 e 49 anos respetivamente, ambos licenciados.

No tocante à liderança feminina, as representações salientaram que “existem algumas Direções lideradas por mulheres como, a Direção da Educação, Desenvolvimento Económico Integrado e a Direção da Ação Social, mas que têm uma dependência direta ao Administrador Municipal.”, vincaram os dois funcionários e autoridades da Administração Municipal de Caconda.

3.2.5.2 Descrição 2. Rendimentos das famílias

Relativamente ao terceiro eixo sobre os rendimentos da maioria das famílias do Município, 100% das re penetrações assinalaram que, “os rendimentos disponíveis são insuficientes”; Quanto à afirmação que melhor descreve a situação da maioria das famílias, as opiniões divergiram da seguinte forma: 40% escolheu a alínea d) “os rendimento são muito insuficientes, em muitas situações não garantem sequer o básico (alimentação, e outros bens essenciais); 60% escolheu alínea c): “os rendimentos da maioria das famílias são insuficientes, temos o essencial, e por vezes, pedimos ajuda ou compramos fiado”.

Quanto às ações para melhorar os rendimentos num quadro em que os recursos e meios necessários estariam disponíveis, as representações sublinharam que “apostariam na agricultura, na educação, em vias de acesso” sublinharam os dois funcionários e autoridades da Administração Municipal; “na estabilização da moeda nacional, na criação de empresas para a produção local de elementos essenciais para atrair investimentos no município e potenciar o setor da energia elétrica”, sublinhou o Diretor de 36 anos de idade, do grupo 2, Licenciado.

No tocante à relação entre a situação de rendimento das famílias e a condição da mulher, na opinião dos entrevistados, “a situação está em parte relacionada com a condição da mulher, porque, as famílias lideras por mulheres são propensas a ter baixos rendimentos visto que no município, as mulheres não têm as mesmas oportunidades e as mesmas possibilidades que os homens têm de empreender, trabalhar no campo e ao mesmo tempo acudir as necessidades básicas das famílias”, destacou a funcionária e autoridade da Administração de 49 anos de idade do grupo 1.

3.2.5.3 Balanço do Tema 3

Através das representações depreende-se que a agricultura familiar é atividade principal dos munícipes de Caconda. Portanto, os seus munícipes trabalham essencial na agricultura precária, rudimentar. Este dado vai ao encontro do Relatório do INE (2023, p. 11), que destaca que em Angola, a área rural possui maior taxa de emprego informal (96,2%), quase totalidade da população, em comparação com a área urbana (68,3%).

Por outro lado, as representações dos entrevistados revelam que o município possui pouco investimento público e privado, facto que eleva o índice de pobreza, desemprego, pouco rendimento nos munícipes. Por outro lado, se observou pouca aposta na igualdade do género e lideranças femininas nestas poucas empresas existentes. Este dado corrobora com o estudo de Abrantes & Katúmua, (2014), que salientam que a sociedade angolana é fortemente caracterizada pelas desigualdades no que diz respeito à empregabilidade, oportunidades e rendimentos.

Para se melhorar a situação do rendimento no município, as representações revelam que é preciso investimentos do governo fundamentalmente na agricultura e no combate às

desigualdades de género que excluem a mulher da participação ativamente na vida social e cívica, indo ao encontro do ODS 5 e 12 da Agenda 2030 da ONU.¹⁰

¹⁰ ODS 12 da Agenda 2030 da ONU, sobre o consumo e produções responsáveis e recomenda a implementação do Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais. (Cfr. <https://angola.un.org>, 2024).

CONCLUSÃO

A análise realizada ao longo deste estudo revela a complexidade dos fatores que influenciam a pobreza e as desigualdades no município de Caconda. No enquadramento teórico inicial, abordaram-se os conceitos de pobreza e desigualdade, evidenciando a multidimensionalidade destes fenómenos. Constatou-se que a pobreza em Angola, assim como em Caconda, é marcada não só por carências materiais, mas também por limitações estruturais que restringem o acesso a serviços essenciais como saúde, educação e habitação. Esta abordagem teórica foi aprofundada com dados do Instituto Nacional de Estatística e estudos recentes (Abreu, 2012; Graça, 2018), que reforçam a importância de políticas inclusivas e focadas na capacitação das populações como instrumentos para romper o ciclo de pobreza e das desigualdades sociais.

O estudo levado a cabo no terreno permitiu-nos apreender e compreender como as desigualdades sociais no município de Caconda se manifestam em termos de género, acesso a recursos e estruturas de poder. As mulheres, por exemplo, continuam a enfrentar barreiras significativas no acesso ao emprego formal e aos direitos de propriedade, o que se traduz em desvantagens económicas e sociais mais amplas.

A análise “swot” contribuiu para uma compreensão prática destas questões, organizando-as em quatro dimensões interligadas. Observou-se, como ponto forte do município de Caconda, o potencial da juventude, como assinalado no PMC, (2014, 36), que a reconhece o crescimento da população municipal e pelo Relatório do governo de Angola, que sublinha que destaca que a população angolana é maioritariamente jovem (INE, 2019: 21). Este dado representa uma base sólida para estratégias de desenvolvimento local.

No entanto, as fraquezas são reveladas na precariedade das infraestruturas, como evidenciadas nas representações dos entrevistados e assumidos pelo Governo de Angola no PND (2018: 78), especialmente na saúde, educação e vias de acesso, o que em grande medida, limita as oportunidades de desenvolvimento económico e social do Município.

Relativamente às oportunidades, observamos através das representações, da presença de empresa “Alto Tombola” que está a investir no setor da agricultura com formação e emprego aos munícipes, a própria promoção do setor agrícola, especialmente através de cooperativas e financiamentos que integrem e capacitem as mulheres, como se pode notar nas representações, podem, assim, servir como alavancas importantes para o empoderamento local, em alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente do ODS5.

Finalmente, como ameaça destacamos a resistência ou a revolta dos jovens, consubstanciadas na sua fuga do município em virtude das desigualdades de oportunidade e de

rendimento, e adoção de comportamento como o analfabetismo, alcoolismo e a violência no seio juvenil que podem perigar alguns projetos sociais. A centralização de decisões políticas e a fragilidade da nossa democracia que promove uns e exclui os outros, surgem igualmente como riscos para o desenvolvimento sustentável do Município de Caconda.

Em suma, este estudo propõe uma abordagem integrada que valorize as especificidades locais, promovendo o desenvolvimento local através de políticas inclusivas, infraestruturas adequadas e igualdade de oportunidades, não só para a mitigação das desigualdades, como também para a construção dum Município mais resiliente e com potencial para crescer de forma sustentável, alinhando-se com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 5, 10 e 12 da Agenda 2030, promovendo um desenvolvimento social e económico equilibrado para a região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abreu, C. (2012). Desigualdade Social e Pobreza: ontem, hoje e (que) amanhã. *Pobreza e Desigualdades sociais*, nº 9, pp. 93-111.

Alves, N. (2015). A Dinâmica da Pobreza em Portugal. In: Diogo, F., Castro, A. & Perista, P. (org.), *Pobreza e Exclusão Social em Portugal: Contextos, Transformações e Estudos* (1ª ed.). Humus.

Amâncio, L. (2003), *O Género no Discurso das Ciências Sociais*, Análise Social, ICS-UL, vol. XXXVIII, pp. 687-714.

Antunes, R. J. S. (2011), *Desigualdades na Vida e na Morte, Saúde, Classes Sociais e Estilos de Vida*, Tese para obtenção do grau de Doutor em Sociologia, ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa.

BNA (19.01.2024), Banco Nacional de Angola prevê inflação de 19% e economia crescer 2,2%. <https://www.noticiasao minuto.com/economia/2484061/banco-nacional-de-angola-preve-in>

Batista, I. (2010). As Desigualdades de Género em Números: Reflexões Metodológicas acerca da Construção de Índices. In: Carmo, R. M. (Org.), *Desigualdades Sociais 2010: Estudos e Indicadores*, Mundos Sociais.

Capucha, L. (1993), Pobres, mas Vivos. *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Vol. II, pp. 320-324.

Capucha, L. (1998), Pobreza, Exclusão Social e Marginalidades. In, Viegas, J.; Costa, F. (org.). *Portugal, que modernidade?* Oeiras: Celta Editora.

Capucha, L. (2005). *Desafios da Pobreza*. Celta Editora.

Capucha, L. (2015), *Conhecimento para a Ação: Avanços, Lacunas e Caminhos para o Estudo da Pobreza*. In: Diogo, F. Castro, A., & Perista, P. (org.), *Pobreza e Exclusão Social em Portugal: Contextos, Transformações e Estudos* (1ª ed.). Humus.

Carmo, R. M., & Cantante, F., (2015), Precaridade, desemprego e proteção social: caminhos para desigualdades? In Carmo, M. C & Costa, A. F., (Orgs), *Desigualdades em Questão. Análises e Problemas*, Lisboa, Mundos Sociais.

Costa, A. F. & Mauritti, R. (2028), *Classes Sociais e Interseções de Desigualdades: Portugal e Europa*; In Carmo, R. M., Sebastião, J., Azevedo, J., Martins, S. C., & Costa, A. F. (organizadores), *Desigualdades Sociais, Portugal e a Europa*, Lisboa, Mundos Sociais.

Costa, A. F. (2022). *Desigualdades Sociais Contemporâneas*. Mundos Sociais.

Costa, A. F. (1986), *A Pesquisa de Terreno em Sociologia*, in Silva, A. S., & Pinto, J. M. (Orgs), *Metodologia das Ciências Sociais*, 2ª ed., Edições Afrontamento, pp. 129-148.

Decreto Presidencial Nº 140/18 de junho, Diário da República Nº 82-I Série

Fundo Monetário Internacional (10.2023), ANGOLA, *consulta de 2022 ao abrigo do artigo IV* – comunicado de imprensa; relatório da equipa técnica; anexo informativo; e declaração do diretor executivo para Angola, Relatório do FMI n.º 23/100. 1AGOPA2023001.pdf

Fukiady, T. (dezembro, 2021). *Semanário Novo Jornal*. Pobreza: Relatórios sobre a fome colocam Angola entre os piores e voltam a contrariar discurso do PR (novojournal.co.ao).

Governo de Angola (2018). *Plano de Desenvolvimento Nacional – 2018-2022*, Vol. I, GA.

Governo de Angola (2020), *Anuário Estatístico Sanitário*, Compilação das Estatísticas Sanitárias do Sistema Nacional de Saúde.

Governo de Angola (2020, fevereiro). *PIIM, Plano Integrado de Intervenção nos Municípios; Mais vida nos Municípios*. https://mtti.gov.ao/fotos/frontend_1/editor2/20fev2020 PIIM - Resumo PDS - 20Fev2020 (gov.ao).

Graça, J. C. (2018). *Manual de Sociologia Política*, Almedina.

Granjo, C. M. (2023), *Entre o Estado e a Sociedade*, uma avaliação ex-post da ITCP/COPPE/UFRJ, Dissertação de Mestrado, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (2019). *Pobreza Multidimensional nos Municípios de Angola*. INE, Luanda.

INE (2022, abril). *Divisão administrativa de Angola, Caconda; Huíla (Província, Angola) - Estatísticas da População, Gráficos, Mapa e Localização*.

Instituto Nacional de Estatística (2023), *Indicadores de Emprego e Desemprego*, Inquérito ao Emprego em Angola, 1ª Ed., INE, Luanda

Instituto Nacional de Estatística (2020). *Pobreza Multidimensional em Angola*. INE.

Machado, F. L. (2015), *Desigualdades sociais no mundo atual: teoria e ilustrações empíricas*, Mulemba, Revista Angolana de Ciências Sociais, n. 9, pp. 297-318.

Machão, A. J. G., & Bento, A. I. F., (2012. 12. 06), *Promoção da Igualdade de Género – um estudo em contexto de educação pré-escolar*, Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, Amelia Marchão Alexandra Bento.pdf (rcaap.pt).

Melo, C., (2024.03.29), *Angola entre os países de Desenvolvimento Médio*, in Jornal de Angola, Jornal de Angola - Notícias - Angola entre os países de desenvolvimento médio.

Milanovic, B. (2012), *Ter ou Não Ter*, Lisboa, Bertrand Editora.

Mosaiko (2021), *Equidade de Género e Políticas Públicas: Angola é com Mulheres e Homens*. Mosaiko.

Mosaiko (2021), *Relatório de Pesquisa e Políticas Públicas Inclusivas Numa Perspetivas de Género*, 2019-2021, Mosaiko.

Mpako, A. & Pacatolo, C. (2024.03. 25), O descontentamento da juventude angolana é marcado pela preocupação com a saúde, o desemprego, a insegurança alimentar e hídrica, Afrobarometer, ed. 789.

Nações Unidas em Angola (2024). *Objetivo de Desenvolvimento Sustentável*. As Nações Unidas em Angola.

PAANE, (2015), *Diagnóstico de Género de Angola*, Angola. <https://dx.doi.org/10.2871/88808>.

Perista, P. & Batista, I. (2012), *Pobreza em Portugal: retrato de um fenómeno insuspeitadamente extenso*. *Pobreza e Desigualdades sociais*, nº 9, nn. 1-108.

Reses, G. & Mendes, I. (2021). "Uma visão prática da análise temática: exemplos na investigação em educação", in: Costa, Moreira & Sá (orgs.). *Reflexões em Torno de metodologias de investigação*, pp. 13-28.

Pires, R. P. (2003), *Migrações e Integrações*, Oeiras, Celta.

Sen, A. K. (2003). *Desenvolvimento como Liberdade*, Gradiva.

Silva, M. C. (2015). *Desigualdade, Pobreza em Portugal*. In: Diogo, F. Castro, A., & Perista, P. (org.), *Pobreza e Exclusão Social em Portugal: Contextos, Transformações e Estudos* (1ª ed.). Humus.

Torres, A., Wandschneider, M. & Sousa, P. (1993). *Pobres: Modos de Ser e de Parecer. Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Vol. II, 325-339.

Ximenes, V. M., Júnior, J. F. M., Cruz, J. M., Silva, L. B., & Sarriera, J. C., (2016) *Pobreza Multidimensional e seus aspetos subjetivos em contextos rurais e urbanos nordestinos*, in *Estudos de Psicologia*, 21 (2), abril a junho de 2016, pp. 146-156 <https://doi.org/10.5935/1678-4669.20160015>.

ANEXOS

Anexo A – Consentimento Informado

Termo de consentimento

Alfredo da Ressurreição Mavinga André, estudante do Curso de Mestrado em Sociologia no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, leva a cabo um estudo sobre a pobreza e desigualdades sociais em Angola, através da realização de um estudo de caso no município de Caconda, Província da Huila. O referido estudo visa analisar o impacto das desigualdades sociais na reprodução da pobreza em Caconda.

Para efeito, gostaria de contar com a vossa colaboração na realização de uma entrevista, com uma duração aproximada de 30 minutos, dependendo do desenvolvimento do vosso testemunho.

Os dados recolhidos têm como finalidade a obtenção de informações relevantes que suportam a dissertação académica requerida para a conclusão do Mestrado. Outrossim, as informações partilhadas serão confidenciais e anónimas.

Para mais informações, podem contactar-me através do email armae@iscte-iul.pt, e do email da Orientadora do estudo, Professora Rosário Mauritti, rosario.mauritti@iscte-iul.pt.

Anexo B – Guião de entrevistas dirigido às autoridades (Políticas, Religiosas e Tradicionais), Diretores Municipais e Líderes das Organizações Femininas.

Caraterização sociodemográfica

Género _____ Idade _____

Grau de Escolaridade: _____

Área de formação / Especialidade _____

Partido ou área em que trabalha: _____

Cargo / Descrição das funções desempenhadas:

a) Representações sobre a pobreza e desigualdades sociais

- 1- Gostava que começasse por partilhar o seu entendimento sobre a pobreza: o que significa ser pobre?
- 2- As experiências de pobreza no Município de Caconda têm características e causas que são específicas a este território, quando comparamos com outras situações no país? Como assim?
- 3- Quais as questões mais importantes no dia-a-dia das famílias que estão mais comprometidas pela experiência de pobreza?
- 4- Na sua opinião, existem desigualdades sociais no município?
- 5- A pobreza no município está relacionada com as desigualdades?
- 6- Se tivesse os recursos e meios para melhorar a situação, a que setores daria maior prioridade? Porquê?

b) Representações sanitárias no Município de Caconda

- 7- O Município de Caconda tem as respostas necessárias para responder às necessidades de saúde da sua população? Ou seja, as instalações de saúde como os centros de saúde, hospitais, consultas de especialidade, estão acessíveis e equipados para responder às necessidades da população, incluindo as famílias mais pobres?
- 8- Quais são as principais doenças que assolam a população do Município de Caconda?
- 9- Existem médicos, enfermeiros e outros profissionais em número adequado, incluindo para responder a situações de doença específica?
- 10- Quando uma pessoa tem uma doença para a qual não existem respostas de tratamento e acompanhamento profissional no município, normalmente o que acontece? Onde se dirige para tratamento?

11- E quando a família não tem recursos para assegurar a viagem para aceder ao tratamento, existem apoios da comunidade? Como assim?

12- Quando as pessoas necessitam de tomar medicamentos, existem situações em que estes são fornecidos pelo estabelecimento de saúde ou pelo médico gratuitamente? Se sim, em que situações? Se não, a pessoa encontra o medicamento á venda no município ou tem de se deslocar a outro município para comprar?

13- As crianças do Concelho no geral recebem as vacinas adequadas?

14- Quais são para si as vacinas que todas devem receber?

15- - A comunidade tem ações de sensibilização para a vacinação infantil? Como assim?

16- Tem ideia sobre qual a percentagem geral de crianças que não são de todo vacinadas? É a maioria ou a menoria?

17- Diria que as mortalidades infantis e maternas são elevadas no município? Porquê?

18- Quais as principais causas de morte infantil e juvenil no município?

c)Representações sobre as condições de trabalho no município de Caconda

19- As pessoas residentes no município trabalham essencialmente em que áreas?

20 - A agricultura é a principal atividade? Como é que é organizada: é sobretudo informal, através de empreendimentos familiares?

21 - Existem grandes empresas no município de Cacunda? Se sim, quais são? O que produzem?

22- As pessoas que trabalham nessas empresas, no geral, têm melhores condições do que as que trabalham sobretudo nos empreendimentos familiares? Como assim?

23- Encontramos sobretudo homens nessas empresas? Existem mulheres em posição de liderança nessas empresas?

24- Quais são os principais organismos públicos no município? Tem ideia se algum desses organismos é liderado por mulheres? Qual?/em que setor (saúde, educação, gestão municipal, etc.)

25- No geral, como avalia a situação das famílias relativamente aos rendimentos disponíveis...

26- Indique qual das seguintes afirmações descreve melhor a situação relativamente aos rendimentos da maioria das famílias do Município de Caconda:

a) Os rendimentos são razoáveis ou mesmo bons. A maioria das pessoas vive em condições de conforto e muitas conseguem fazer poupanças.

b) Os Rendimentos são suficientes, mas no limite. Se houver um gasto imprevisto pode não haver dinheiro até ao final do mês.

c) Os rendimentos são insuficientes, temos o essencial e, por vezes, pedimos ajuda ou compramos fiado.

d) Os rendimentos são muito insuficientes, em muitas situações não garantem sequer o básico (a alimentação e outros bens essenciais).

27- Se tivesse recursos e possibilidade de decisão o que faria para melhorar a situação?

28- Na sua opinião, a situação de rendimento das famílias está de alguma forma relacionada com a condição da mulher? Como assim?

d) Representações sobre a situação das mulheres e meninas na comunidade e na família em Caconda

29- Em que medida concorda com a afirmação de que mulheres e homens têm lugares e papéis diferentes na comunidade e na família [concorda totalmente /concorda parcialmente/discorda parcialmente/ não concorda...] Porquê?

30- Na sua opinião, qual o papel da mulher na comunidade e na família?

Considera muito importante/em parte importante/pouco importante ou nada importante que existam políticas e ações de promoção do lugar da mulher na comunidade? Porquê?

31- No município de Caconda existem organizações que promovem a melhoria das condições de participação e de reconhecimento das mulheres e meninas? Se sim, essas organizações são lideradas por pessoas da comunidade? Trabalham sobretudo pela melhoria das condições em que áreas? Qual a sua opinião sobre o trabalho que tem sido realizado: teve efeitos? Como assim?

Muito obrigado!